

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

ISABELLA DE NEIRA SILVA

VIOLÊNCIA SEXUAL NO PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA

**PONTES E LACERDA - MT
2023**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

ISABELLA DE NEIRA SILVA

VIOLÊNCIA SEXUAL NO PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado do Mato Grosso como pré-requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Vechi

PONTES E LACERDA - MT

2023

VIOÊNCIA SEXUAL NO PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado do Mato Grosso como pré-requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Direito.

BANCA EXAMINADORA

Orientador, Prof.Dr.FERNANDO VECHI

Examinador, Prof. Fritz Loewenthal Neto

Examinadora, Emillyane Cristine Silva Adorno

Pontes e Lacerda – MT

2023

Dedico este trabalho a Deus, que me dá forças e coragem para persistir, aos meus familiares e amigos que me apoiaram e incentivaram durante essa jornada. Dedico ainda a todos os Professores que compartilharam conhecimento durante esses anos de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui, por guiar meus passos, e me dar forças nas horas difíceis. “Louvai ao SENHOR, porque ele é bom, porque a sua benignidade dura para sempre.” (Salmos 118:1).

Aos meus pais, Suze Meire Riba de Neira e Ronei Pires da Silva que sempre estiveram presente na minha caminhada, apoiando em todos os momentos que foram precisos. A minha irmã, Rubia, que muitas vezes conversou e me orientou a seguir adiante. Aos meus avós, Gerino, Tereza e Mercedes, por todo amor e orações, que me ajudaram a suportar a dor da saudade e continuar a lutar pelo meu sonho. Minha enorme gratidão aos senhores.

Ao meu filho, Luis Henrique, que foi o melhor presente enviado por Deus. No final da jornada acadêmica, chegou para completar minha vida e recarregar minhas energias para prosseguir e concluir esse ciclo. Ao meu companheiro, Savio, que sempre esteve presente.

Estendo os agradecimentos a toda minha família. Meus tios e tias, meus primos. Agradeço todo apoio e suporte que vocês me deram.

Agradeço as minhas amigas, Gabriela e Andressa, que apesar de morarem em outra cidade, fazem-se presente em minha vida, e através mensagens de consolo e apoio, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos da jornada acadêmica, em específico, Aliccia e Ingrid, gratidão por sempre estarem ao meu lado, tornando essa jornada mais leve. Obrigada por todo apoio, prestatividade.

Agradeço ao meu orientador e professor Fernando Vechi. E a todos os professores que contribuíram para minha formação.

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Durante a ditadura brasileira, de 1964 a 1985, a violência sexual foi sistematicamente utilizada como ferramenta de repressão. Os agentes do regime têm o poder de usar a violência sexual como meio de intimidar e punir a dissidência política. Durante este período, sobreviventes de violência sexual relataram terem sido violadas, humilhadas e despidas, entre outros abusos. Para tanto, discutiremos a violência contra as mulheres e identificaremos como estas se manifestam na tortura de mulheres. Tentaremos também compreender as razões do silêncio sobre a violência de gênero nesse período, pois constatamos que há pouquíssimas bibliografias no Brasil dedicadas a esse tema. O trabalho seguirá um modelo básico de pesquisa, utilizando métodos descritivos e quantitativos para realizar pesquisas bibliográficas sobre o tema em questão. Já se passou meio século desde o golpe que marcou o início do governo militarizado do Brasil. Embora a violência relatada em vários testemunhos possa parecer muito distante da nossa realidade atual, não é inteiramente verdade. O trauma e a dor vividos pelos sobreviventes têm efeitos duradouros na sua saúde física e mental. Portanto, é imperativo aumentar a conscientização sobre esta questão e trabalhar em prol da justiça e da responsabilização dos sobreviventes.

Palavras-chave: Violência sexual. Ditadura Militar. Tortura.

ABSTRACT

During the Brazilian dictatorship, from 1964 to 1985, sexual violence was systematically used as a tool of repression. Regime agents have the power to use sexual violence as a means of intimidating and punishing political dissent. During this period, survivors of sexual violence reported being raped, humiliated and stripped naked, among other abuses. To do so, we will discuss violence against women and identify how these are manifested in the torture of women. We will also try to understand the reasons for the silence on gender violence in this period, as we found that there are very few bibliographies in Brazil dedicated to this topic. The work will follow a basic research model, using descriptive and quantitative methods to carry out bibliographic research on the topic in question. Half a century has passed since the coup that marked the beginning of Brazil's militarized government. Although the violence reported in various testimonies may seem far removed from our current reality, it is not entirely true. The trauma and pain experienced by survivors has lasting effects on their physical and mental health. It is therefore imperative to raise awareness of this issue and work towards justice and survivor accountability.

Keywords: Sexual violence. Military dictatorship. Torture.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA	11
2.1 O IMPACTO DA DITADURA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	13
2.1.2 O ataque aos presos políticos durante a ditadura	13
2.1.3 Transição para a Democracia e Legado da Ditadura.....	14
3 OS ESTUDOS DE GÊNERO E A LUTA FEMININA CONTRA A DITADURA	
BRASILEIRA	16
3.1 O GOLPE MILITAR, GÊNERO E A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL	19
4 A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO REPRESSÃO NA DITADURA.....	24
4.1 LGBTQ+ DURANTE A DITADURA.....	25
4.2 A Violência Sexual como Tortura	26
4.2.1 O Silêncio dos Sobreviventes.....	30
4.3 A Luta por Justiça	31
4.4 O Impacto da Ditadura no Atual Clima Político e Social do Brasil	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca aumentar a compreensão sobre a violência sofrida por presos políticos durante a ditadura militar brasileira, particularmente a agressão sexual contra mulheres. A violência sexual foi sistematicamente utilizada como ferramenta de repressão durante o período da ditadura brasileira, que durou de 1964 a 1985. Os agentes do regime foram autorizados a usar a violência sexual como meio de intimidar e punir dissidentes políticos. Sobreviventes de violência sexual durante este período relataram ter sofrido estupro, humilhação e desnudamento, entre outros métodos de abuso (Waszak, 2019).

Mulheres, indivíduos LGBTQ+ e dissidentes políticos foram particularmente visados pelo uso da violência sexual pelo regime como meio de repressão. Apesar das tentativas de desclassificar e minimizar a gravidade deste fato, ele continua sendo uma parte significativa da história do período da ditadura brasileira.

As consequências a longo prazo da violência sexual durante o período da ditadura brasileira ainda hoje são sentidas pelos sobreviventes e pelas suas comunidades. Sobreviventes de violência sexual muitas vezes sofrem traumas físicos e psicológicos, incluindo transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão (De Souza, 2018).

O uso da violência sexual como ferramenta de repressão também contribuiu para uma cultura de medo e silêncio, tornando difícil para os sobreviventes se apresentarem e buscarem justiça. A segmentação de grupos marginalizados, incluindo indivíduos LGBTQ+ e povos indígenas, durante o período da ditadura teve impactos duradouros nestas comunidades (Waszak, 2019).

A perseguição aos homossexuais durante a ditadura foi um capítulo na história da violência contra pessoas e organizações LGBTQ+. Os povos indígenas do Brasil também sofreram graves violações de seus direitos humanos durante o período da ditadura. É importante reconhecer o impacto da violência sexual e de outras formas de repressão durante este período e trabalhar no sentido da cura e da justiça para os sobreviventes e as suas comunidades (Waszak, 2019).

Para tanto, discutiremos a violência contra as mulheres e identificaremos como essas atrocidades se manifestam na tortura de mulheres. Tentaremos também

compreender os motivos do silêncio sobre a violência de gênero nesse período, pois encontramos pouquíssimas bibliografias no Brasil dedicadas a esse tema.

A pesquisa estrutura-se em três seções. Inicialmente, discute-se sobre o período da ditadura brasileira, apresentando o contexto histórico em que ocorreu o regime militar, bem como, os impactos que esse período deixou na sociedade brasileira, na qual, sabemos que perduram até os dias de hoje.

Posteriormente, o segundo capítulo, possui o intuito de abordar sobre o estudo de gênero e a luta feminina contra a ditadura brasileira, haja vista que durante o regime militar, as mulheres eram vistas apenas como donas de casa, não podendo exercer seu papel de ativista. Além disso, o capítulo aborda a importância do papel das mulheres na história brasileira, que apesar de serem alvos de violência, continuaram a lutar pela democracia e resistir à ditadura.

Por último, o terceiro capítulo, aborda sobre o uso da violência sexual, como meio de repressão, contra as mulheres, bem como, as perseguições nas quais os indivíduos LGBTQ+ foram alvos. O capítulo, busca tratar a violência sexual usada como meio de tortura, e compreender os motivos que levaram o silenciamento dos sobreviventes de violência sexual, cometido durante o período ditatorial.

O trabalho será realizado seguindo o modelo de pesquisa básica, utilizando métodos descritivos e quantitativos conduzindo a pesquisa bibliográfica sobre temas relevantes. A pesquisa é qualquer atividade voltada para a resolução de um problema; como busca, indagação, investigação, indagação da realidade, é essa atividade que nos permitirá formular um conhecimento ou um conjunto de conhecimentos dentro de um contexto científico que nos ajudará a entender essa realidade tornar-se um guia para nossas ações (Padua, 2016).

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica exploratória qualitativa. Segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008), a pesquisa qualitativa utiliza principalmente dados qualitativos, ou seja, as informações coletadas pelo pesquisador não são descritas por números, ou a representação numérica tem papel secundário na análise.

2 PERÍODO DA DITADURA BRASILEIRA

O período da ditadura brasileira, também conhecido como Ditadura Militar, foi um capítulo negro da história do país. Durou de 1964 a 1985, durante o qual o Brasil

foi governado por um governo militar que suprimiu as liberdades civis, restringiu a liberdade de expressão e cometeu abusos dos direitos humanos. O período da ditadura começou com um golpe de estado em 1964 que derrubou o presidente democraticamente eleito, João Goulart. O regime foi marcado por censura generalizada, tortura e desaparecimentos de dissidentes políticos.

As ditaduras militares são caracterizadas pelo autoritarismo, pela censura e pelo uso da força para manter o poder. Exemplo de ditadura militar, inclui a Ditadura Militar Brasileira, que durou de 1964 a 1985. Durante este período, o regime recorreu à tortura e à violência para suprimir a oposição política e manter o controle sobre a população. A ditadura militar no Brasil foi marcada por extrema violência contra os opositores do regime, incluindo prisões arbitrárias, tortura e censura. O uso da tortura durante ditaduras militares é uma prática comum para incutir medo e manter o poder.(Nunes,2017).

O uso da tortura durante as ditaduras militares é uma ferramenta de opressão que tem efeitos duradouros sobre os indivíduos e a sociedade. A ditadura brasileira utilizou diversas formas de tortura para extrair informações e intimidar oponentes, incluindo choques elétricos, espancamentos e afogamento simulado. Os efeitos a longo prazo da tortura sobre os indivíduos podem incluir traumas físicos e psicológicos, transtorno de estresse pós-traumático e depressão. O uso da tortura também pode ter um impacto duradouro na sociedade, levando à quebra da confiança nas instituições e a uma cultura de medo e silêncio. (Waszak, 2019).

O uso da tortura durante ditaduras militares é uma violação dos direitos humanos e um crime contra a humanidade. A ditadura brasileira foi responsável por inúmeras violações dos direitos humanos, incluindo o fechamento do Congresso Nacional, tortura de dissidentes e revogação de direitos. O uso da tortura durante este período era uma prática sistemática e institucionalizada, com muitos militares treinados e participando da tortura. O legado da ditadura militar no Brasil e em outros países serve como um lembrete dos perigos dos regimes autoritários e da importância de proteger os direitos humanos e a democracia. (Waszak, 2019).

Figuras-chave envolvidas na ditadura incluíam generais como Emílio Garrastazu Médici, que serviu como presidente de 1969 a 1974, e Ernesto Geisel, que o sucedeu até 1979. Estes líderes supervisionaram um período de crescimento econômico e modernização, mas à custa das liberdades civis e dos direitos humanos. O regime também contou com o apoio das elites conservadoras e dos

interesses empresariais, que viam o governo militar como um baluarte contra o comunismo e a agitação social. (Nunes, 2017).

Além disso, o contexto da Guerra Fria e a ascensão dos movimentos de esquerda no país contribuíram para a intervenção dos militares na política. O período da ditadura terminou em 1985, com o retorno do país à democracia e a eleição de Tancredo Neves como presidente. O legado da ditadura, no entanto, continua a impactar a sociedade e a política brasileira até hoje.

2.1 O IMPACTO DA DITADURA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A ditadura brasileira, teve um impacto profundo na sociedade brasileira. O regime foi caracterizado por graves violações dos direitos humanos e repressão política. O governo usou o seu poder para silenciar a oposição política, resultando na perda de direitos políticos para milhares de indivíduos através do AI-1. O relatório e o livro da Comissão Nacional da Verdade publicados em 2014 revelaram a extensão das violações dos direitos humanos e da repressão política por parte do governo. Este período de violência e repressão teve um impacto duradouro na sociedade brasileira, com muitos ainda hoje lutando com o trauma e as consequências da ditadura.

A censura cultural e artística da ditadura também foi um aspecto significativo do seu impacto na sociedade brasileira. O governo utilizou critérios políticos para censurar o jornalismo e confiou na censura para controlar a vida cultural do país. A censura do regime à indústria das artes e do entretenimento foi usada principalmente para suprimir a dissidência e promover uma agenda moralizante. A repressão e a censura da ditadura à vida cultural do país foram intensas, particularmente entre dezembro de 1968 e finais de 1978. A censura da arte e da cultura pelo regime teve um impacto duradouro na sociedade brasileira, com muitos artistas e figuras culturais ainda lutando com as consequências da supressão da expressão artística pela ditadura. (Pelegrine, 2019).

2.1.2 O ataque aos presos políticos durante a ditadura

Durante o período da ditadura brasileira, os presos políticos foram alvo específico de violência sexual. A prática de violência sexual, estupro e outras formas de abuso sexual foram amplamente utilizadas contra militantes devido ao ódio especial que os torturadores tinham por eles. A violência sexual foi estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade e inserida na lógica da tortura (Waszak, 2019).

No entanto, o conceito de violência sexual e violação durante este período estava muitas vezes ligado à existência ou não de penetração, levando à falta de reconhecimento e reconhecimento da gravidade do abuso. Ainda hoje, os crimes sexuais cometidos contra mulheres e homens durante a ditadura continuam repletos de estigma, impunidade e indiferença. (Waszak, 2019).

O impacto da violência sexual sobre os presos políticos foi grave e duradouro. Sobreviventes da ditadura militar relataram violência sexual, despir-se forçadamente, abortos induzidos, ameaça de infertilidade, separação de crianças, tortura contra familiares e uso da maternidade como forma de tortura. Estas experiências traumáticas tiveram um efeito profundo na saúde física e mental dos sobreviventes, muitas vezes levando a danos psicológicos e emocionais a longo prazo. (Nunes, 2017).

Apesar dos horríveis abusos que sofreram, os presos políticos desempenharam um papel crucial na resistência à ditadura. Foram fundamentais para expor as violações dos direitos humanos do regime e para provocar a sua eventual queda. É importante reconhecer e honrar a sua bravura e sacrifício, bem como continuar a exigir justiça pelos crimes cometidos contra eles. Investigações sobre crimes sexuais e crimes de gênero durante a ditadura devem ser conduzidas e os responsáveis devem ser responsabilizados. Ao fazê-lo, podemos garantir que as vítimas de violência sexual durante a ditadura não sejam esquecidas e que a sua luta pela justiça e pela liberdade não seja em vão. (Pelegrine, 2019).

2.1.3 Transição para a Democracia e Legado da Ditadura

A ditadura brasileira, foi um período de repressão política e violações dos direitos humanos que teve um impacto perene no país. A ditadura foi instaurada através de um golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito do presidente João Goulart.

Durante a ditadura, o governo implementou políticas que favoreceram os ricos e poderosos, ao mesmo tempo que suprimiu a dissidência e a oposição. No entanto, após mais de duas décadas de regime autoritário, o Brasil voltou à democracia em meados da década de 1980. Este período de transição foi marcado por um enfoque na reconciliação e no estabelecimento de instituições democráticas. (Pelegrine, 2019).

Apesar do retorno à democracia, o legado da ditadura continua a impactar a sociedade e a política brasileira. A ditadura deixou um legado de corrupção, desigualdade e polarização política que persistiu nos anos desde o seu fim. Além disso, grande parte das violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura ficaram impunes e tem havido esforços contínuos para responsabilizar os responsáveis pelas suas ações. O impacto da ditadura também se estende a questões como a educação, a desigualdade social e o fosso entre as instituições públicas e privadas. (De Souza, 2018).

Nos últimos anos, têm havido esforços crescentes no sentido da responsabilização e justiça pelas violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura. Mecanismos de justiça transacional, como comissões da verdade, foram estabelecidos para investigar e documentar os abusos dos direitos humanos que ocorreram durante a ditadura.

Além disso, houve processos judiciais movidos contra ex-oficiais militares e outros responsáveis por violações dos direitos humanos, incluindo casos apresentados à Corte Interamericana de Direitos Humanos. A busca pela responsabilização e justiça pelas violações passadas dos direitos humanos é vista como um passo importante para a reconciliação e a cura da sociedade brasileira. (Nunes, 2017).

No entanto, um aspecto da ditadura que permanece em grande parte desconhecido e subnotificado é a violência sexual cometida contra mulheres e homens. Sobreviventes da ditadura relataram casos de abuso sexual, estupro e nudez forçada, todos usados como ferramentas de tortura e intimidação. Ainda hoje, os crimes sexuais cometidos durante a ditadura permanecem envoltos em estigma, impunidade e indiferença (Waszak, 2019).

O período da ditadura ocorreu num contexto histórico específico de efervescência cultural e de Guerra Fria, que contribuiu para a luta do governo contra o comunismo e a oposição política. O uso de tortura e violência sexual contra

mulheres por agentes de repressão foi uma tática comum usada durante este período. Além disso, a ditadura também teve como alvo grupos marginalizados, como a comunidade LGBT, resultando em perseguição e violência contra indivíduos considerados desviantes. O impacto da ditadura na sociedade brasileira foi de longo alcance, com muitos indivíduos vivenciando traumas e efeitos psicológicos duradouros (Waszak, 2019).

A violência sexual e de gênero cometida durante o período da ditadura é uma questão de direitos humanos que foi reconhecida pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos e pela Comissão. No entanto, o legado desta violência permanece em grande parte sem solução, com muitos sobreviventes ainda em busca de justiça e reconhecimento pelos crimes cometidos contra eles.

A prevalência da violência sexual e de gênero nas sociedades de todo o mundo é uma consequência de moldes patriarcais e heteronormativos, mas é exacerbada em tempos de repressão política e violência. É crucial reconhecer e abordar a violência sexual cometida durante o período da ditadura no Brasil, uma vez que continua a ser uma parte significativa da história do país.

3 OS ESTUDOS DE GÊNERO E A LUTA FEMININA CONTRA A DITADURA BRASILEIRA

Nos últimos anos temos assistido a um recrudescimento de pesquisas nas ciências humanas que visam destacar o protagonismo feminino em diversos acontecimentos históricos. Isso é exemplificado por certas publicações sobre o período militar no Brasil. A inclusão da perspectiva feminina e feminista nas ciências pode ser atribuída aos movimentos sociais da década de 1960, bem como às mudanças na própria ciência histórica. (De Souza, 2018).

O surgimento da Escola dos Annales, corrente historiográfica que desafiou os paradigmas científicos da disciplina, provocou uma mudança nas fontes consideradas relevantes para a pesquisa histórica, passando as "pessoas comuns", inclusive as mulheres, a se tornarem foco de estudo. Além disso, o movimento feminista que floresceu durante este período desempenhou um papel crucial no questionamento e no avanço de uma ciência por e para mulheres. (De Souza, 2018).

A historiadora Joan Scott observou que o nascimento da História das Mulheres esteve intimamente ligado à política, mas com o tempo, este campo de investigação distanciou-se dos movimentos sociais e ganhou impulso próprio dentro das universidades. O desenvolvimento da história das mulheres como campo de estudo pode ser rastreado desde as suas origens no feminismo até ao seu foco mais contemporâneo no gênero. (Nunes, 2017).

Esta evolução envolveu uma mudança do ativismo político para uma forma especializada de análise histórica. Através do estudo das experiências das mulheres em vários momentos históricos, muitos estudiosos pretendem desafiar as relações de poder existentes. Procuram compreender as formas como as mulheres estão sujeitas à autoridade masculina em diferentes sociedades e em diferentes graus de severidade.

Além de destacar o papel das mulheres na historiografia, é igualmente importante reconhecer os traumas e experiências de violência a que as mulheres foram submetidas, tanto no passado como no presente. Como observa a historiadora Bonnie Smith, os estudos históricos do trauma têm-se centrado tradicionalmente quase exclusivamente nas experiências dos homens brancos, incluindo as suas experiências de guerra, o Holocausto e várias formas de acidentes de transporte (Smith, 2003).

Muitos académicos recusam-se a reconhecer o grave impacto da violência, incluindo violação, abuso físico, incesto e outras formas de maus-tratos, infligidas a indivíduos marginalizados, como mulheres e minorias raciais. Esse tipo de questionamento é justamente o que a pesquisa de Smith pretende abordar: a violência sexual ocorrida contra as mulheres durante a ditadura, e o silêncio que cerca esta questão devido à escassez de estudos e discussões em torno dela em nosso país. (Pelegrine, 2019).

No que diz respeito à luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil, merecem destaque as contribuições da pesquisadora Olivia Rangel Joffily, especialmente em sua tese de 2005 "Esperança Equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil [1964-1985]". Joffily procurou destacar as várias formas pelas quais as mulheres resistiram ao sistema repressivo, inclusive através da luta armada. (Pelegrine, 2019).

O livro *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul* do Colóquio Internacional sobre Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul (realizado em 2009 na

Universidade Federal de Santa Catarina) é de grande relevância. estudiosos que escreveram sobre ditaduras latinas a partir de uma perspectiva de gênero.

Ana Maria Colling também conduziu pesquisas vitais sobre mulheres e ditadura em seu livro *A Resistência das Mulheres à Ditadura Militar no Brasil*, publicado em 1997. Além disso, mencionamos o trabalho de Maria Amélia Teles (2017) sobrevivente da ditadura brasileira, que relançou seu livro *Breve História do Feminismo no Brasil* publicado em 2017, incluindo ensaios que destacam questões de gênero na época. Ensaio de Mariana Joffily "Sexual Violence in Latin American Ditaduras Militares: Quem Quer Saber?" (2006) concentra-se na pesquisa da violência sexual durante a ditadura e defende enquadrá-la como uma categoria específica dentro da repressão política. (Tomazoni, 2015).

A historiadora argumenta que só recentemente os relatos de violência contra as mulheres durante ditaduras foram reconhecidos na América Latina. Há falta de atenção a essa questão especificamente no Brasil, o que levanta grandes questionamentos.

Em 2010, o soldado Gregorio Molina foi condenado por crimes sexuais contra mulheres presas, o que é considerado um crime contra a humanidade, marcando a primeira vez que um repressor foi considerado culpado de tal crime na Argentina. As valiosas pesquisas realizadas por nossos vizinhos na Argentina sobre a análise da ditadura e seu impacto na vida das mulheres nos inspiram a encontrar formas de trazer essa discussão para o Brasil. (Blay, 2017).

Um dos temas mais proeminentes nos estudos acima mencionados é a dificuldade que as mulheres enfrentam ao tentar abordar questões feministas dentro dos movimentos de esquerda. Amélia Teles, ativista política durante a década de 1960, explicou que embora houvesse mulheres envolvidas em movimentos de esquerda, elas não se identificavam como feministas porque o termo estava associado a mulheres burguesas ou quase burguesas que eram consideradas despolitizadas ou alienadas.

Como resultado, houve pouco esforço para abordar questões relacionadas às mulheres dentro dos movimentos revolucionários no Brasil, e a discussão dos direitos das mulheres foi muitas vezes ofuscada por uma "luta geral" dentro dessas organizações. A socióloga Eva Blay (2017) salienta que mesmo depois de as feministas persistirem na defesa da igualdade de gênero, a visão predominante era

que a criação de um SOS para abordar a violência contra as mulheres iria transformar a violência doméstica num assunto de polícia e fazer o jogo da ditadura, culpando o homem trabalhador que chega em casa cansado e bate na esposa.

Se fosse aceitável que um trabalhador prejudicasse o companheiro por cansaço, por que é necessário discutir a violência sexual e as agressões cometidas pelos militares? Ressalte-se que a proximidade do feminismo brasileiro com as mais seitas progressistas da Igreja Católica resultaram no abandono dos temas relacionados com a sexualidade, criando assim um tipo de feminismo "manso". (De Souza, 2018).

Estes fatores impediram, sem dúvida, um discurso adequado sobre o abuso sexual de mulheres nas prisões durante a ditadura, o que, em nossa opinião, teria levado a uma maior exigência de punição justa para estes crimes. Mesmo dentro dos movimentos de esquerda, os problemas das mulheres já eram difíceis de resolver e, em ambientes opressivos, as dinâmicas de poder entre homens e mulheres tendem a intensificar-se.

Tal como explicado por Olivia Joffily (2005, *apud* Pelegrine, 2019), as crises sociais agravam frequentemente as contradições de gênero. Assim, os regimes autoritários e ditatoriais agravam a situação de opressão e exploração feminina pelos homens, intensificam a violência contra as mulheres e reforçam atitudes sexistas retrógradas e conservadoras. De acordo com a perspectiva dos militares, as mulheres que desafiaram e resistiram ao regime militar mereciam o dobro da punição: não apenas pela sua oposição ao governo ditatorial, mas também por se afastarem do seu papel socialmente designado como seres domésticos privados.

Consequentemente, os militares não pouparam esforços para punir estas mulheres, utilizando métodos como a tortura física e psicológica, bem como a agressão sexual. Além disso, o corpo feminino era utilizado como meio de comunicar uma mensagem aos homens que a cercavam. Ao violarem o corpo feminino, os militares procuraram provar que os seus companheiros não eram capazes de protegê-los. (Pelegrine, 2019).

3.1 O GOLPE MILITAR, GÊNERO E A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL

Em meio às tensões ideológicas da Guerra Fria, ocorreu o golpe militar de 1964. Os Estados Unidos procuraram exportar a Doutrina de Segurança Nacional

para todas as áreas sob a sua influência para conter a propagação do comunismo. No entanto, isto levou a uma série de golpes de Estado e ditaduras em toda a América Latina. A justificação dos militares para as suas ações residia na noção de segurança nacional, que exigia a identificação de um “inimigo interno”: o comunismo. (Júnior; Magalhães, 2022).

No entanto, não ficou claro como este inimigo interno foi definido. Inicialmente, indivíduos com ideologias opostas às do governo, como os revolucionários de esquerda, eram considerados inimigos. No entanto, a falta de precisão nesta definição incutiu um sentimento de “ameaça constante” na população, que temia ser rotulada ou eliminada pelos militares. Este sentimento de insegurança, causado pelo próprio Estado, vai contra a função primária do Estado de salvaguardar os seus cidadãos. (Nunes, 2017).

O estado de exceção estabelece uma guerra civil legal que permite não apenas a eliminação física de dissidentes políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que o sistema político considera incompatíveis. Isto permitiu que países sob um estado de exceção perseguissem, prendessem, torturassem e até executassem cidadãos sob o pretexto de proteger a segurança da nação. O Brasil é um exemplo de tal país, como testemunharam numerosos sobreviventes da ditadura (Gracia, 2014).

A angústia da prisão e da tortura já era insuportável para os homens, mas para as mulheres era um pesadelo de outra magnitude. Isto deveu-se ao estado subjugado das mulheres e à dinâmica de poder que governava as suas vidas. O quadro teórico de gênero da historiadora Joan Scott (1995) lança luz sobre este fenómeno. Ela argumenta que o gênero não é apenas um elemento fundamental das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, mas também um meio primário de interpretar a dinâmica do poder.

Durante o regime militar, as mudanças sociais reforçaram o papel tradicional das mulheres como donas de casa, tornando-as figuras delicadas e maternais. Esta construção da feminilidade é produto das dinâmicas de poder existentes entre homens e mulheres, nas quais as mulheres são consideradas frágeis e subservientes aos homens. (Nunes, 2017).

Esta mentalidade opressiva em relação às mulheres tem estado ao longo da história e, como já referimos anteriormente, as relações de gênero tendem a agravar-se em tempos de convulsão social. Aquelas que ousaram desafiar o regime

autoritário foram vistas como quebrando o molde da feminilidade ideal e foram sujeitas a punições brutais. (Tomazoni, 2015).

Segundo Olivia Joffily (2010), quando as mulheres são torturadas, elas são submetidas a uma dupla dinâmica de poder: o opressor contra os oprimidos e a hierarquia de gênero, que nega às mulheres condições de igualdade e utiliza atributos de gênero para humilhá-las. Os testemunhos das vítimas do regime militar revelam casos claros de abuso sexual, enquanto noutros casos é mais implícito.

No depoimento de Maria Diva de Faria, uma enfermeira que foi presa em 1973, a objetificação sexual que os militares faziam dela era evidente, e a sua zombaria e abuso verbal reforçaram o lugar social das mulheres. Segundo Mariana Joffily, muitas mulheres que sofreram abusos não conseguiam diferenciar entre violência sexual e tortura devido ao fato de “o crime sexual confundir as fronteiras entre o público e o privado”. (Joffily, 2010).

Ela observa ainda que a suspeita recai frequentemente sobre a vítima em casos de crimes sexuais, levando a sentimentos de vergonha que se estendem aos seus entes queridos e criam uma atmosfera hostil para denunciar tais violações.

Vale ressaltar que algumas mulheres definiram a violência sexual apenas como o ato de estupro em si, que envolve a penetração da genitália. Como resultado, muitas vítimas não se consideravam vítimas de violência sexual se não houvesse violação física. No entanto, a nossa compreensão contemporânea do que constitui violência sexual difere desta. O movimento feminista contribuiu para mudar a percepção da posição social das mulheres (Waszak, 2019).

Um dos grandes sucessos do movimento é promover a noção de que “assuntos privados são assuntos públicos”, o que significa que a violência baseada no gênero deve ser tratada como uma questão social. Para compreender plenamente os relatos das vítimas, é importante primeiro examinar a definição de violência sexual segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A violência sexual não se limita a atos ou tentativas sexuais, mas também inclui comentários ou avanços sexuais não consensuais, manipulação da sexualidade de uma pessoa através de coerção ou controle e qualquer outro comportamento sexualizado realizado sem consentimento. Este tipo de abuso pode ser perpetrado por qualquer indivíduo, independentemente da sua relação com a vítima ou do ambiente em que ocorre (Waszak, 2019).

A violência sexual está frequentemente ligada a dinâmicas de poder, onde o perpetrador utiliza força física, manipulação psicológica (como intimidação, sedução ou aliciamento), ou mesmo armas e drogas para coagir a vítima a um comportamento sexual ou sexualizado contra a sua vontade. Esta definição de violência sexual abrange todas as formas de violação, mesmo aquelas que não envolvem contato físico. Nos depoimentos de mulheres que foram presas e torturadas pela ditadura, testemunhamos um espectro de violência sexual, que vai desde a intimidação verbal até o hediondo ato de estupro cometido pelos militares. (Gracia, 2014).

Dada a magnitude da brutalidade enfrentada, que medidas foram tomadas para honrar a memória das vítimas e responsabilizar os seus perpetradores? Além disso, qual é a posição da jurisdição internacional quando se trata do crime hediondo de agressão sexual (Blay, 2017).

Embora tenham sido realizados estudos na Europa e nos Estados Unidos sobre o impacto dos conflitos armados na vida das mulheres, a América Latina está apenas a começar a construir um corpo de trabalho semelhante sobre este tema. (Nunes, 2017). A nossa exploração dos estados de exceção na América Latina levou-nos a examinar como a violência sexual tem sido abordada legalmente em contextos de conflito social a nível internacional. Ao longo da história, as mulheres foram sujeitas a violações em massa em tempos de conflito armado e ambientes repressivos (Waszak, 2019).

Por exemplo, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Argélia, a Guerra do Vietnã, os conflitos no Ruanda, no Camboja, no Congo e na antiga Jugoslávia, todos testemunharam intensa violência contra as mulheres. A violação foi e continua a ser uma arma de guerra. Nos casos do Ruanda e da antiga Jugoslávia, os julgamentos de crimes cometidos contra as mulheres foram realizados em tribunais penais internacionais. (Aucía, 2011).

Aqui, a violência sexual foi reconhecida pela primeira vez como crime contra a humanidade, estabelecendo um precedente para casos futuros. No entanto, foram necessários anos de debate e luta para que os crimes sexuais fossem reconhecidos como crimes contra a humanidade pelo direito internacional, tal como acontece hoje. (Nunes, 2017).

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que estabeleceu que toda pessoa tem o direito de ser livre de discriminação e tratamento

cruel, até a ratificação do Estatuto de Roma em 1998, que considerou atos de abuso sexual, esterilização forçada, gravidez forçada, e a escravatura como crimes contra a humanidade, quaisquer atos cometidos no contexto de um ataque sistemático ou geral a uma população, incluindo o extermínio, a escravatura, a deportação, a prisão, a tortura e o apartheid, são considerados crimes contra a humanidade. A violação dos direitos das mulheres foi uma preocupação contínua das Nações Unidas e dos seus países membros, mesmo depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme demonstrado em 1967.

Durante o período da ditadura brasileira, as mulheres foram alvo específico de violência sexual por parte das forças de segurança do regime. Estupro, abuso sexual e outras formas de violência sexual foram comumente usadas como ferramentas de repressão contra mulheres ativistas políticas e militantes. O uso da violência sexual foi particularmente prevalente devido ao ódio especial dos torturadores pelas mulheres ativistas. (De Souza, 2018).

Apesar de presente e constante, a violência sexual contra as mulheres durante a ditadura não foi amplamente reconhecida ou discutida. Relatos de violência sexual sofrida por mulheres durante o período da ditadura militar hoje fazem parte do registro histórico. Muitas vítimas nem sequer sabiam que eram alvo de violência sexual. Pode-se dizer que a violência sexual contra as mulheres foi um tipo de aspecto particularmente insidioso das táticas de repressão da ditadura.

O uso da violência sexual como instrumento de repressão também teve um efeito inibidor na participação das mulheres no ativismo político. No entanto, apesar dos riscos, muitas mulheres continuaram a resistir à ditadura e a lutar pela democracia. Essa resistência foi crucial para o fim da ditadura e a restauração da democracia no Brasil. A coragem e determinação destas mulheres são uma inspiração para as gerações futuras. (Gracia, 2014).

Apesar de as mulheres serem alvo de violência sexual, muitas mulheres desempenharam um papel vital na resistência à ditadura. As mulheres foram ativas em uma variedade de movimentos de resistência, incluindo sindicatos, grupos estudantis e partidos políticos. As mulheres também desempenharam um papel fundamental na formação de organizações da sociedade civil e grupos de direitos humanos que foram fundamentais para expor os abusos do regime. A participação das mulheres no movimento de resistência foi um fator significativo na eventual

queda da ditadura. O legado destas mulheres continua a inspirar ativistas que lutam hoje pela democracia e pelos direitos humanos.

Após múltiplas discussões e convenções globais, foi determinado que a integração de uma perspectiva de gênero no Direito Internacional Humanitário era crucial. Isto envolveria o desenvolvimento de estratégias que abordassem especificamente os desafios enfrentados pelas mulheres. Atualmente, a ONU-Mulheres é um departamento dedicado dentro das Nações Unidas (ONU), criado em 2010 com o objetivo de unir, fortalecer e expandir os esforços globais para proteger os direitos humanos das mulheres. (Nunes, 2017).

Este mecanismo desempenha um papel crucial no combate à desigualdade de gênero em vários domínios sociais, econômicos e políticos. O Brasil, como estado membro da ONU, apoia o compromisso internacional de proteger os direitos humanos das mulheres. Em teoria, isto significa que é nossa responsabilidade investigar e abordar a violência sexual cometida durante um estado de emergência. Contudo, a realidade é que ainda lutamos para garantir que estas obrigações sejam cumpridas em toda a América Latina. (MERLINO; OJEDA, 2010).

A violência contra as mulheres, acredita que a ausência de investigação, condenação e punição para casos de violência sexual e violação é uma falha na defesa do direito humanitário internacional. Esta negligência agrava ainda mais a questão ao criar um ambiente de impunidade, que perpetua a ocorrência contínua de violência contra as mulheres. É necessário abordar os crimes do passado, não só para construir um registo histórico preciso, mas também para evitar a perpetuação da violência contra as mulheres no presente.

4 A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO REPRESSÃO NA DITADURA

A violência sexual foi uma ferramenta generalizada de repressão usada pela ditadura brasileira para controlar e punir indivíduos considerados uma ameaça ao regime. O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, aborda explicitamente a violência sexual como meio de punição, controle e poder, bem como arma de guerra.

Apesar de presente e constante, a violência sexual perpetrada por agentes da repressão foi autorizada pelo mais alto escalão do regime e é muitas vezes esquecida nas discussões sobre a ditadura. A violência de gênero e sexual existe em todo o mundo como consequência de moldes sociais patriarcais e heteronormativos, mas tende a piorar em contextos de autoritarismo e violência. (Gracia, 2014).

Os relatos de violência sexual durante a ditadura são numerosos e angustiantes. O estupro e outras formas de tortura eram métodos comuns utilizados pelos agentes de repressão contra presos políticos. Sobreviventes relataram experiências distintas na tortura de mulheres grávidas e outras formas de violência sexual. O uso da violência sexual foi inserido na lógica da tortura e estruturado na hierarquia de gênero e sexualidade.

As táticas utilizadas pela ditadura para perpetrar a violência sexual variaram amplamente, mas muitas vezes incluíam espancamentos, choques elétricos e agressão sexual com objetos. Ainda hoje, os crimes sexuais cometidos contra mulheres e homens durante a ditadura continuam repletos de estigma, impunidade e indiferença. O tratamento dispensado aos sobreviventes de violência sexual durante a ditadura tem sido objeto de jurisprudência internacional e continua sendo tema de discussão na sociedade brasileira. A análise crítica dos marcadores da violência de gênero contra as mulheres durante a ditadura é necessária para compreender a extensão e o impacto do uso da violência sexual como ferramenta de repressão (Waszak, 2019).

4.1 LGBTQ+ DURANTE A DITADURA

Durante o período da ditadura brasileira, indivíduos LGBTQ+ foram alvo específico de violência sexual. A perseguição aos homossexuais durante a ditadura foi mais um capítulo na história da violência contra pessoas e organizações LGBT.

O termo homofobia foi cunhado na década de 1960 e significa “medo ou terror dos iguais”. A homofobia é entendida como discriminação contra indivíduos devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Nessa realidade, os indivíduos

LGBTQ+ tornam-se mais vulneráveis à violência sexual, o que acaba sendo um dos principais motivos para a expectativa de vida dos indivíduos transgêneros ser significativamente inferior à da população em geral (Waszak, 2019).

O impacto da violência sexual sobre indivíduos LGBTQ+ durante a ditadura não pode ser exagerado. A violência sexual disseminada durante a ditadura deve ser lembrada e punida como crime contra a humanidade. Violência sexual, despir-se forçadamente, abortos induzidos, ameaça de infertilidade, separação de crianças e tortura contra familiares estavam entre as táticas utilizadas para aterrorizar e silenciar indivíduos LGBTQ+ (Waszak, 2019).

Estudos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes apontam que familiares e conhecidos são os principais agressores, dificultando sua denúncia. O trauma e o medo causados por tal violência podem ter efeitos duradouros nos indivíduos e nas comunidades, dificultando a sua capacidade de resistir à opressão e de lutar pelos seus direitos (Contreiras, 2015).

Apesar de indivíduos LGBTQ+ terem sido alvo de violência sexual durante a ditadura, estes desempenharam um papel crucial na resistência ao regime. As sexualidades dissidentes e as identidades de gênero eram vistas como uma ameaça aos valores familiares tradicionais que a ditadura procurava defender. (Oliveira, 2017).

O movimento LGBTQ+ no Brasil tem uma longa história de luta por seus direitos e resistência à opressão, e suas contribuições para a luta pela democracia e pelos direitos humanos durante a ditadura não devem ser negligenciadas. A publicação do livro *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e Busca pela Verdade* permitiu uma compreensão mais profunda das experiências de indivíduos LGBTQ+ durante a ditadura.

4.2 A Violência Sexual como Tortura

O clima político e social da ditadura no Brasil criou um terreno fértil para a violência sexual ser usada como ferramenta de repressão. Durante este período, as mulheres foram submetidas a diversas formas de violência, incluindo estupro, assédio sexual e nudez forçada. Na obra de Cardoso (2017), a violência sexual foi usada como meio de exercer poder e controle sobre presos políticos, que muitas vezes foram submetidos a tortura brutal e abuso sexual.

O aparato repressivo da ditadura criou um ambiente onde a violência sexual contra as mulheres foi normalizada e até incentivada, perpetuando uma cultura de impunidade que continua até hoje. O uso da violência sexual como instrumento de repressão estava profundamente enraizado nas técnicas de tortura da ditadura. Sobreviventes da ditadura relataram ter sido submetidos à violência sexual como parte da tortura, sendo as mulheres particularmente vulneráveis a esta forma de abuso. (De Souza, 2018).

Como resultado, a violência sexual foi identificada como uma forma de punição, controle e poder, bem como uma arma de guerra. Apesar do uso generalizado da violência sexual durante a ditadura, poucos perpetradores foram responsabilizados pelos seus crimes, contribuindo para uma cultura de impunidade que permitiu que estes crimes continuassem a ser perpetrados.

A luta pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante a ditadura continua a ser uma batalha contínua. Os movimentos de mulheres no Brasil e na Argentina têm estado na vanguarda desta luta, defendendo o reconhecimento da violência sexual como uma forma de violência política e apelando à acusação dos responsáveis. (De Souza, 2018).

A expansão e consolidação do processo judicial nos últimos 35 anos tornou possível responder a crimes como a violência sexual, mas ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que os sobreviventes recebam a justiça e as reparações que merecem. A cultura de violência e impunidade que foi perpetuada pela ditadura continua a atravessar gerações, tornando ainda mais importante continuar a luta pela verdade, justiça e memória. (Merlino; Ojeda, 2010).

A luta pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante a ditadura tem sido um processo longo e árduo. Inicialmente, os sobreviventes enfrentaram numerosos desafios e obstáculos na procura de justiça. Segundo o Relatório da Comissão da Verdade (2014), muitos tiveram medo de se manifestar por medo de retaliação, enquanto outros foram recebidos com descrença e ceticismo quando o fizeram.

Além disso, o regime da ditadura procurou ativamente encobrir casos de violência sexual e outras violações dos direitos humanos, dificultando a recolha de provas e a responsabilização dos perpetradores. Apesar destes desafios, os sobreviventes e as organizações de direitos humanos persistiram na sua luta pela

justiça, pressionando pela responsabilização e aumentando a consciencialização sobre as atrocidades cometidas durante a ditadura. (Merlino; Ojeda, 2010).

O papel dos sobreviventes e das organizações de direitos humanos tem sido fundamental na pressão pela responsabilização e na sensibilização para a violência sexual durante a ditadura. Através dos seus esforços incansáveis, ajudaram a quebrar o silêncio em torno da violência sexual e a desafiar a impunidade que há muito caracteriza a era da ditadura. Os processos judiciais e os julgamentos também desempenharam um papel importante na responsabilização dos perpetradores e na sensibilização para a questão.

Por exemplo, o julgamento de 28 vítimas que foram vítimas de violação e abuso sexual durante a ditadura ajudou a chamar a atenção para a questão e a destacar a necessidade de justiça e responsabilização. Estes processos e julgamentos legais não só proporcionaram uma medida de justiça aos sobreviventes, mas também ajudaram a desafiar a cultura de impunidade que existe há muito tempo no país. (Pelegrine, 2019).

A luta pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante a ditadura teve um impacto significativo na sensibilização para as violações dos direitos humanos e no combate à impunidade. Também tem feito parte de uma luta mais ampla por justiça e cidadania no Brasil. Embora tenham sido feitos progressos, ainda há muito trabalho a fazer para garantir que os sobreviventes recebam a justiça e as reparações que merecem.

Apesar da passagem do tempo, os sobreviventes da violência sexual durante a ditadura e as organizações de direitos humanos continuam a resistir e a exigir justiça pelos crimes cometidos contra eles. Este ativismo contínuo tem sido fundamental para manter a questão da violência sexual durante a ditadura sob os olhos do público e pressionar os governos a tomarem medidas. (De Souza, 2018).

A educação e a sensibilização também são cruciais para prevenir a violência sexual e promover a responsabilização. No Brasil, o livro *Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*, publicado em 2008, tem como objetivo dotar os profissionais da educação de ferramentas para identificar e prevenir violência sexual nas escolas.

Da mesma forma, na Colômbia, organizações de direitos humanos desenvolveram materiais educativos e oficinas para aumentar a conscientização sobre a violência sexual durante o conflito armado e a importância de

responsabilizar os perpetradores. Através destes esforços, a educação e a sensibilização podem contribuir para uma cultura de prevenção e responsabilização. (Merlino; Ojeda, 2010).

Reparações abrangentes e apoio aos sobreviventes também são essenciais na luta pela justiça. Isso inclui não apenas compensações financeiras, mas também medidas para fazer face ao impacto físico e psicológico a longo prazo da violência sexual.

No Chile, por exemplo, a Comissão da Verdade e Reconciliação recomendou a criação de um programa abrangente de reparações para os sobreviventes, que incluísse apoio médico e psicológico, bem como oportunidades de educação e emprego. No entanto, muitos sobreviventes continuam a enfrentar barreiras significativas no acesso a estas reparações. Assim, são necessários esforços contínuos para garantir que os sobreviventes recebam o apoio e as reparações que merecem. (Nunes, 2017).

A violência sexual foi uma forma comum de tortura psicológica utilizada durante o período da ditadura. As mulheres, incluindo as grávidas, não foram poupadas desta forma de tortura, que foi realizada com perícia distinta. A violência sexual cometida contra as mulheres oportuniza entender como a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade significou na violência estatal, demonstrando o caráter tradicionalmente patriarcal e sexista das representações militares acerca do feminino. (Pelegrine, 2019).

O uso da violência sexual como forma de tortura psicológica visava intimidar e silenciar dissidentes. Relatos de violência sexual sofrida durante o período da ditadura militar não são amplamente conhecidos e, ainda hoje, sobreviventes ainda se apresentam para compartilhar suas histórias. O uso da violência sexual como ferramenta de opressão durante a ditadura teve efeitos graves e na saúde mental das vítimas.

O impacto da violência sexual na saúde mental das vítimas é profundo. Sobreviventes de violência sexual durante o período da ditadura podem experimentar ansiedade, depressão, transtorno de pânico, comportamento autodestrutivo e sexualização precoce. A violência psicológica, incluindo a violência sexual, foi mais frequente em mulheres de baixa renda que sofreram abuso sexual na infância (Waszak, 2019).

A violência sexual é um problema que afeta as mulheres ao longo da vida, e os sobreviventes da violência sexual durante o período da ditadura não são exceção. O uso da violência sexual como forma de tortura psicológica deixou muitos sobreviventes com traumas e problemas de saúde mental. O uso da violência sexual durante o período da ditadura não se limitou à tortura física, mas também foi usado como uma forma de tortura psicológica para derrubar dissidentes e intimidar outros.

A prática de violência sexual, estupro e outras formas de abuso sexual foram amplamente utilizadas contra militantes. O uso da violência sexual como ferramenta de opressão durante o período da ditadura destaca a questão mais ampla da violência contra as mulheres. (Pelegrine, 2019).

A Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, reconhece cinco tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, incluindo a violência sexual, como forma de abuso. O uso da violência sexual como instrumento de opressão durante o período da ditadura serve como um lembrete da luta contínua para acabar com a violência contra as mulheres e garantir que as sobreviventes recebam o apoio de que necessitam para curarem-se do seu trauma.

4.2.1 O Silêncio dos Sobreviventes

Durante o período da ditadura brasileira, sobreviventes de violência sexual foram sistematicamente silenciadas. A violência sexual cometida durante esse período foi tão grave quanto outras formas de tortura, como choques elétricos e espancamentos. No entanto, foi muitas vezes esquecido e não considerado uma forma de tortura, o que contribuiu para o silenciamento dos sobreviventes. (De Souza, 2018).

Os sobreviventes da violência sexual enfrentaram desafios significativos ao falar sobre as suas experiências, incluindo medo de retaliação, vergonha e estigma. Como resultado, muitos sobreviventes permaneceram em silêncio sobre as suas experiências durante décadas, contribuindo para o apagamento deste aspecto do legado ditatorial.

A ditadura teve um impacto profundo na capacidade dos sobreviventes de falarem sobre as suas experiências de violência sexual. Conforme os relatos de vítimas, publicado pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), as

táticas de repressão e intimidação do regime dificultaram o acesso dos sobreviventes à justiça e ao apoio. Além disso, a ideologia patriarcal e homofóbica do regime reforçou o estigma em torno da violência sexual, tornando ainda mais difícil para os sobreviventes se manifestarem. Os efeitos duradouros deste silenciamento ainda são sentidos hoje, pois muitos sobreviventes continuam a lutar com o trauma das suas experiências e a falta de reconhecimento do seu sofrimento.

As consequências da ditadura sobre os sobreviventes da violência sexual é complexo e multifacetado. Embora a ditadura tenha terminado oficialmente em 1985, o impacto de suas políticas e práticas continua a repercutir na sociedade brasileira. O silenciamento de sobreviventes de violência sexual durante este período contribuiu para uma cultura de impunidade e para a falta de responsabilização dos responsáveis por estes crimes.

Além disso, o legado da ditadura de violência e repressão de gênero teve efeitos duradouros na sociedade brasileira, incluindo altas taxas de violência contra mulheres e indivíduos LGBTQ+. Abordar estes impactos requer reconhecer as experiências dos sobreviventes da violência sexual e trabalhar para criar uma sociedade mais justa e equitativa para todos. (De Souza, 2018).

4.3 A Luta por Justiça

A luta por justiça e responsabilização pela violência sexual durante o período da ditadura brasileira já dura décadas. A violência sexual é um fenômeno universal, mas foi particularmente prevalente durante a ditadura devido ao ódio especial que os torturadores tinham pelos militantes. (Merlino; Ojeda, 2010).

As organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel crucial na defesa dos sobreviventes e na pressão pela responsabilização pelos crimes cometidos durante a ditadura. Os movimentos de mulheres, em particular, têm sido fundamentais para chamar a atenção para a questão da violência sexual e exigir justiça para os sobreviventes.

Apesar destes esforços, os sobreviventes da violência sexual durante a ditadura continuam a enfrentar desafios significativos na procura de justiça. As organizações da sociedade civil têm estado na vanguarda da defesa da justiça e da responsabilização dos sobreviventes da violência sexual durante a ditadura. (Declercq, 2019).

Os sobreviventes da violência sexual durante a ditadura continuam a enfrentar desafios significativos na procura de justiça. O conluio institucional e a revitimização estão entre os muitos obstáculos que os sobreviventes enfrentam para levar os seus perpetradores à justiça. Além disso, a falta de vontade política para abordar a questão da violência sexual durante a ditadura dificultou os esforços para alcançar justiça para os sobreviventes.

Apesar destes desafios, as organizações da sociedade civil e os próprios sobreviventes continuam a lutar por justiça e responsabilização pelos crimes cometidos durante a ditadura. A luta pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante o período da ditadura continua, mas os esforços dos sobreviventes e das organizações da sociedade civil têm sido fundamentais para chamar a atenção para esta questão e exigir justiça para os sobreviventes. (De Souza, 2018).

A luta pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante a ditadura situa-se num contexto global mais amplo de formas cruzadas de opressão e discriminação. A violência sexual é frequentemente usada como ferramenta de poder e controle em situações de conflito e opressão, e se cruza com outras formas de opressão, como racismo, homofobia e transfobia. A luta pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante a ditadura representa assim uma luta mais ampla pela justiça social e pela igualdade. (Merlino; Ojeda, 2010).

A evolução da jurisprudência na Corte Interamericana de Direitos Humanos destaca a importância de reconhecer o impacto específico da violência sexual sobre as mulheres e a necessidade de medidas eficazes para enfrentar esta forma de violência. A solidariedade e o apoio internacionais são cruciais para o sucesso dos esforços de justiça na luta contra a violência sexual durante a ditadura. A violência perpetrada durante a ditadura afeta não só as vítimas e as suas famílias, mas também a sociedade em geral.

O silêncio e a impunidade em torno da violência sexual durante a ditadura contribuíram para a perpetuação desta forma de violência na sociedade contemporânea. Os esforços de justiça transicional, como os vistos no Brasil, têm sido importantes para abordar o legado de violência e impunidade da ditadura. (Declercq, 2019).

A recente condenação de Attila Rohrsetzer pelo Tribunal de Justiça de Roma pelo seu papel no rapto e tortura de cidadãos italianos durante a ditadura é um

passo positivo no sentido da responsabilização e da justiça para as vítimas.

A luta pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante a ditadura tem o potencial de inspirar e informar movimentos semelhantes noutros contextos. A luta mais ampla pela justiça social e pela igualdade está em curso, e as experiências daqueles que lutaram pela justiça e pela responsabilização pela violência sexual durante a ditadura podem fornecer lições valiosas para outras lutas. Compreender e destacar os processos de luta e resistência da classe trabalhadora no contexto das ditaduras na América Latina é crucial para enfrentar as graves violações dos direitos humanos. A prática de violência sexual, estupro e outras formas de abuso sexual durante a ditadura serve como um lembrete da necessidade de acabar com todas as formas de violência e tortura contra crianças e adolescentes. (Gracia, 2014).

4.4 O Impacto da Ditadura no Atual Clima Político e Social do Brasil

O legado do período da ditadura brasileira teve um impacto significativo no atual clima político e social do país. O autoritarismo, a censura e a tortura que eram práticas comuns durante os 25 anos de ditadura continuam a gerar discussões e debates na sociedade brasileira hoje. A ditadura, deixou um legado de violência política e desigualdades sociais.

A perseguição de grupos marginalizados, incluindo a comunidade LGBTQ+, também prevaleceu durante este período. Como resultado, o atual clima político e social do Brasil ainda está a braços com as consequências da ditadura, e o país continua a debater-se com questões de democracia, direitos humanos e justiça social. A luta contínua por justiça e responsabilização pelas violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura é outro aspecto significativo do atual clima político e social do Brasil. (De Souza, 2018).

O uso de violência sexual, estupro e outras formas de abuso sexual contra ativistas e militantes políticos foi uma prática generalizada durante a ditadura. Esta prática deixou cicatrizes profundas nos sobreviventes e em suas famílias, e a luta por justiça e responsabilização por estes crimes continua até hoje. A luta pela justiça

e pela responsabilização é essencial para a cura e o avanço da sociedade, e é crucial que os crimes cometidos durante a ditadura não sejam esquecidos ou varridos para debaixo do tapete.

O impacto da ditadura do Brasil no atual clima político e social do país ainda é sentido hoje. Um dos efeitos mais significativos da ditadura foi a supressão das liberdades civis e dos direitos humanos. Durante os 21 anos de regime militar, o autoritarismo, a censura e a tortura eram práticas comuns do governo. O regime utilizou critérios políticos para censurar o jornalismo e as artes, resultando numa liberdade de expressão limitada. O legado dessas ações ainda é visível no atual clima político do Brasil, onde existem preocupações constantes sobre o respeito do governo pelos direitos humanos e pelas liberdades civis. (Setemy, 2020).

Outro efeito duradouro da ditadura é o legado de corrupção e nepotismo que tem atormentado o sistema político brasileiro. O regime militar foi caracterizado por suborno, mau uso de recursos públicos e nepotismo, que continuam a ser grandes problemas no Brasil hoje. Embora a ditadura tenha provocado crescimento econômico e criação de emprego, também resultou na redução dos salários e num fosso cada vez maior entre ricos e pobres. Essas disparidades contribuíram para a contínua desigualdade social e econômica no Brasil. (Setemy, 2020).

A construção de instituições democráticas e a confiança no governo também tem sido um desafio no Brasil devido ao legado da ditadura. O autoritarismo e a repressão do regime dificultaram o estabelecimento de instituições e normas democráticas. Mesmo após o fim da ditadura, persistem preocupações sobre o compromisso do governo com os valores e instituições democráticas. Como resultado, o Brasil tem lutado contra a instabilidade política e a falta de confiança do público no governo. O legado da ditadura continua a ser um fator significativo na formação do clima político e social do Brasil hoje. (De Souza, 2018).

O papel da memória e da lembrança na cura da ditadura também é um aspecto importante do atual clima político e social do Brasil. Espaços de memória, como museus e memoriais, desempenham um papel crítico na preservação da memória da ditadura e seu impacto na sociedade brasileira. (Setemy, 2020).

Estes espaços servem como um lembrete das atrocidades cometidas durante a ditadura e proporcionam uma plataforma para os sobreviventes e as suas famílias partilharem as suas histórias e experiências. Além disso, o uso da arte e da literatura também tem sido uma ferramenta poderosa para lembrança e cura. O ato de

lembrar e homenagear as vítimas da ditadura é essencial para a cura e o avanço da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se passou meio século desde o golpe que marcou o início de um governo militarizado no Brasil. Embora os acontecimentos violentos narrados em vários testemunhos possam parecer distantes da nossa realidade atual, a verdade é que não o são inteiramente. A força policial brasileira continua militarizada e propensa à agressão, como evidenciado por relatos frequentes nas notícias de brutalidade policial e tortura contra prisioneiros.

A situação das mulheres continua a ser terrível, não só dentro dos limites da prisão, mas também na sociedade em geral. Na América Latina, continuamos a testemunhar inúmeros casos de feminicídio, um número significativo dos quais envolve métodos excepcionalmente cruéis e desumanos. Apesar do advento da redemocratização, a violência baseada no gênero continua a ser uma presença constante e enervante.

É indiscutível que progressos significativos foram feitos na política brasileira após o ano de 1985. Isto é exemplificado pelos numerosos movimentos feministas que surgiram, bem como pela ratificação da Lei Maria da Penha em 2006. A Lei Maria da Penha é uma medida legal que penaliza atos de violência contra especificamente as mulheres. Além disso, a lei do Feminicídio foi aprovada em 2015, promovendo a luta contra a violência baseada no gênero.

O enorme progresso que as mulheres fizeram é um resultado direto dos esforços persistentes dos movimentos pelos direitos das mulheres. Segundo a historiadora Mariana Joffily, há uma onda emergente de feminismo na América. Estes exemplos são uma prova de que as mulheres de hoje já não estão dispostas a conformar-se com os papéis tradicionais de gênero que lhes foram impostos ao longo da história, sendo imperativa uma mudança nas atitudes e no comportamento da sociedade.

É crucial reconhecer o impacto da violência sexual durante o período da ditadura brasileira e reconhecer as experiências dos sobreviventes. Dessa forma, é de grande importância a análise dos testemunhos das vítimas, para que assim, haja

um reconhecimento da outra face da história da ditadura brasileira, com intuito de conhecer os múltiplos métodos de abuso, incluindo estupro, humilhação e desnudamento nas quais as mulheres foram vítimas da opressão do governo militar.

O trauma e a dor infligidos aos sobreviventes têm efeitos duradouros na sua saúde física e mental. Portanto, é essencial aumentar a conscientização sobre a questão e trabalhar em prol da justiça e da responsabilização dos sobreviventes. É necessário continuar a defesa e o apoio aos sobreviventes da violência sexual durante a ditadura. Os sobreviventes muitas vezes enfrentam revitimização e lutam para ter acesso a cuidados e apoio adequados.

O sistema de saúde deve identificar os sinais de violência nas vítimas e oferecer atendimento imediato e contínuo. Os serviços de apoio às mulheres, os serviços de violência doméstica e outros grupos podem prestar um apoio crucial às sobreviventes. É imperativo criar espaços seguros para os sobreviventes partilharem as suas experiências e receberem o apoio de que necessitam para curar e recuperar.

Outrossim, vale destacar que mesmo com a criação de leis a níveis nacionais e internacionais, que visam proteger os direitos da população feminina, precisamos continuar conscientizando a sociedade sobre os malefícios da desigualdade de gênero, e lutar para que esse período da ditadura brasileira não seja esquecido, e principalmente, que não aconteça novamente.

REFERENCIAS

AUCÍA, Analía. “Género, violencia sexual y contextos repressivos”. In: AUCÍA, Analía et al. *Grietas em el silencio: uma investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*. 1ª ed. Rosário: Cladem, 2011.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. 1. Brasília: CNV. 2014.

BRASIL, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BLAY, Eva Alterman. “**Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro**”. In: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (Orgs.) *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO Celia Costa. **Ditaduras**: memória, violência e silenciamento. DGO-Digital Original. Scielo-EDUFBA, 2017.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964–1985)**. 2015.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos**: um resgate teórico. Revista interdisciplinar científica aplicada, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.

DE SOUZA, Jheuren Karoline Costa. **Mulheres indígenas e ditadura militar brasileira**. Espaço Ameríndio, v. 12, n. 2, p. 343-343, 2018.

DECLERQC, Marie. **Violência sexual**: o capítulo esquecido da ditadura militar. São Paulo: Vice Brasil. 26 de março de 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS Eva Silveira. **Escola que Protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. UNESCO, Ministério da Educação. Brasília, 2008.

GRACIA, Emerson Flores. **Tortura e violência sexual contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira**. 2014.

GREEN, James N. e QUINALHA Renan. **Ditadutra e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlso: Edufscar, 2015.

JOFFILY, Olivia Rangel. **O corpo como campo de batalha**. PEDRO, Joana Maria; WOLFF Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

JÚNIOR, Hugo Pires; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **Ditadura militar e repressão de gênero**: o uso e o abuso do corpo feminino. Research, Society and Development, v. 11, n. 1, p. e22111124572-e22111124572, 2022.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.) **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NUNES, Silvia Regina. **Violência sexual em mulheres durante a ditadura civil-militar no Brasil**: o testemunho e a negação. FERRARI, AJ; ZOPPI-FONTANA, MG Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia. Campinas: Pontes, 2017.

OLIVEIRA, Luana Farias. **Quem tem medo de sapatão?** Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). Revista Periódicus, v. 1, n. 7, p. 06-19, 2017.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 18. ed. Revista e Ampliada. Campinas, SP: Papirus, 2016.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. **Abusos da ditadura militar contra as mulheres**: o uso da categoria violência de gênero. DAS UTOPIAS AO AUTORITARISMO, p. 51, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In. Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SETEMY, Adrianna. “**Ato sem perdão**”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 33, p. 338-358, 2020.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. Bauru EDUSC, 2003.

TOMAZONI, Larissa. **A mulher na ditadura militar**: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. Cadernos da Escola de Direito, n. 22, p. 40-51, 2015.

WASZAK, Aline Isabel. **O Brasil não conhece o Brasil**: a violência sexual na ditadura militar brasileira. 2019.